

CULTURA E CIDADE: O PAPEL DOS INTELLECTUAIS MÁRIO DE ANDRADE E PAULO FREIRE NAS CIDADES DE SÃO PAULO E RECIFE

Hortência Nepomuceno Santos

Graduada em Comunicação Social; Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: hortenciasn@gmail.com

Albino Canelas Rubim

Graduado em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (1975), e em Medicina pela Escola Baiana de Medicina (1977), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1979), doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987) e pós-doutor em Políticas Culturais pela Universidade de Buenos Aires e Universidade San Martin (2006). Atualmente é professor titular da Universidade Federal da Bahia; docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Programa de Artes Cênicas, ambos da UFBA; Ex-Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA; Ex-Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Ex-Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.

Resumo

O presente artigo traz uma reflexão sobre a relação entre cultura e cidade a partir as experiências precursoras dos intelectuais, Mário de Andrade, a frente da gestão do departamento de cultura em São Paulo e Paulo Freire, envolvido na expansão do Movimento de Cultura Popular na cidade do Recife com o método de ensino que se baseava na alfabetização a partir do universo vocabular e cultural da turma. Ambos atuaram a frente de seu tempo, inovando na área da cultura no Brasil, mesmo que através de breves passagens, inauguraram e marcaram o cenário da política cultural do país e das cidades onde atuaram. A partir disso, pensar a cidade como um ambiente em potencial para o desenvolvimento de ações socioculturais diversas que convivem frequentemente com diversidade e conflitos.

Palavras-chave: Cultura; Políticas Culturais; Cidade

Abstract

This article reflects on the relationship between culture and city from the experiences of intellectual precursor, Mario de Andrade, the head of the department of management culture in São Paulo and Paulo Freire, involved in the expansion of the Popular Culture Movement in the city Recife with the teaching method which was based on literacy from the vocabulary and cultural universe of the class. Both acted ahead of its time, innovating in the area of culture in Brazil, even through brief passages, marked the scene and opened the country's cultural policy and the cities where they acted. Based on this, see the city as a potential environment for the development of various socio-cultural activities that often coexist with diversity and conflict.

Keywords: Culture; Cultural Policies; City

1. Mário de Andrade e as políticas culturais em São Paulo

A relação entre o Estado brasileiro e a cultura é muito antiga, mas apesar disso a institucionalização de políticas para o setor – isto é, intervenções conjuntas e sistemáticas, somadas a ações de atores coletivos e metas em longo prazo – são apenas verificadas no século XX. As chamadas políticas públicas não estatais de cultura foram criadas nos anos 30, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, período marcado por várias rupturas e transformações no campo político, econômico e cultural do país.

É neste contexto de mudança que dois acontecimentos estabelecem as políticas culturais no Brasil.

Tais experimentos são: a passagem de Mário de Andrade pelo departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério de Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema, à frente deste ministério de 1934 até 1945. (RUBIM, 2007, p. 15).

Destes fatos, apesar de ser uma exceção no Brasil, vale destacar a importância de uma experiência municipal para um panorama histórico acerca das políticas culturais nacionais que, segundo Rubim (2007), pelas práticas e ideários em voga no período, transcende em muito as fronteiras paulistanas.

Adriana Facina (1997) aponta que o Departamento de Cultura integrava as inovações implementadas, até 1937, pelo poder público de São Paulo, durante o governo de Armando Salles de Oliveira. Além disso, a autora faz referência à intenção do Partido Democrático de utilizar o setor cultural como alavanca para eleger Armando Salles presidente da República.

A idéia inicial era criar um Instituto Paulista de Cultura, embrião de um futuro Instituto Brasileiro de Cultura. A instituição era organizada em cinco divisões: Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Divertimentos Públicos. Mário de Andrade foi nomeado chefe da Divisão de Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio e diretor do Departamento de Cultura. [...] Foi uma experiência de valor fundamental para que ele pudesse perceber a importância dos poderes públicos na realização de um “projeto cultural de grande porte”. (FACINA, 1997, p. 6).

Sob a responsabilidade do Ministro Gustavo Capanema, o setor nacional da cultura,

durante o governo Getúlio Vargas (1937) tinha a política cultural voltada para a valorização do nacional através da harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. Dentre as principais ações realizadas durante esse período, destacam-se as criações de instituições importantes para o campo da cultura como: Superintendência de Educação Musical e Artísticas; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), instituição que teve como foco a preservação do patrimônio material de cultura branca, de estética barroca e de teor monumental (RUBIM, 2007).

Considerado modernista e politicamente conservador, Gustavo Capanema abrigou intelectuais e artistas progressistas como, por exemplo, o poeta Carlos Drummond de Andrade, e, ao lado de Getúlio Vargas, marcou este período com a intrínseca relação entre governos autoritários e políticas culturais.

Embora sendo um país federativo, o Brasil sempre manifestou, em sua história, notadamente nos períodos de autoritarismo – Vargas (1930/1945) e regime militar (1964/1985) –, uma tendência centralizadora. Tal tendência refletiu-se nos modelos administrativos implantados, que, no campo da cultura, definem os dois grandes momentos de reorganização do governo federal. De qualquer forma, o federalismo brasileiro, ainda que débil, estabeleceu diferenças com relação ao modelo francês, enquanto espaço de poder e distribuição de atribuições. Isso se traduz no fato de não haver alinhamento obrigatório entre as estruturas federal, estadual e municipal. Muito menos significou que eles precisassem criar instâncias homólogas à federal. (BOTELHO, 2001, p.39)

Nos anos 60, o Brasil vivia as repressões da ditadura militar e um retraimento de qualquer iniciativa que se configurasse como política pública de cultura. Ainda assim, verificava-se um avanço significativo da cultura em diversas partes do país.

2. Paulo Freire e a cultura no Recife

Na cidade do Recife, durante o governo municipal (1959-1962) e estadual (1963-1964) de Miguel Arraes, destacava-se o Movimento de Cultura Popular (MCP). Este incorporava uma política de educação e cultura que visava alfabetizar crianças e adultos, num processo voltado para os interesses populares e nacionalistas (SOUZA, 2007).

Apoiado pela frente de esquerda, Miguel Arraes foi eleito prefeito do Recife, enquanto o grupo reformista de Cid Sampaio ocupava o governo do Estado. Foco de preocupação e de grandes investimentos, a área da educação teve destaque na gestão de Miguel

Arraes através do MPC, que foi criado em maio de 1960, como instituição sem fins lucrativos, com sede no Sítio da Trindade, no Recife. Dentre as propostas do MCP, destacam-se as do Círculo de Cultura de Paulo Freire, método de ensino que se baseava na alfabetização a partir do universo vocabular da turma. Além disso, havia as Escolas de Rádio/Livro Leitura, projeto que hoje conhecemos como Educação a Distância. (SOUZA, 2007).

A articulação de Arraes com as classes populares tinha como propósito instituir o governo como “popular e abrir os canais de recepção das demandas populares dentro dos desígnios do nacional”. (JACCOUD, 1986 apud SOUZA, 2007, p.3). Desta forma, este governo ultrapassou o populismo, adotando uma postura popular, em que estava disponível para atender demandas da população organizada ou não (MEMORIAL DO MCP, 1986 apud SOUZA, 2007).

Tal articulação classes populares, setores progressistas e nacionalistas foi fruto da formação da Frente do Recife. Estruturada pelas correntes de esquerda em Pernambuco (PCB, PTB e PST), a Frente do Recife disputou as eleições em Pernambuco a partir de 1955. (SOUZA, 2007, p.3).

O objetivo do movimento era oferecer educação com propostas de caráter popular e estabelecer um diálogo claro entre os intelectuais e o povo. Para tanto, utilizavam-se ações direcionadas para os contextos populares, atrelando ensino e arte para chegar à observação e crítica da realidade social. A idéia era promover discussões sobre as questões nacionais, direcionando para uma consciência política e preparando essas pessoas para a participação na vida nacional.

As raízes do MCP estão mergulhadas numa concorrência, marcada por conflitos entre a Prefeitura do Recife e o governo do Estado, pelo controle da atividade educacional. O período de 1958 – 1964 representa a polarização nos projetos políticos de dois governos, representantes de forças sociais antagônicas, que disputaram controle ideológico da situação, com repercussão na educação. (MELO, 2005, p.32).

A eleição de Miguel Arraes para governador do estado de Pernambuco (1962) possibilitou a expansão do MCP. O governo lançou uma campanha de alfabetização de adolescentes e adultos, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Educação e Cultura do Estado e do MCP, a quem cabia a função de operacionalizar as ações. O programa tinha entre suas diretrizes a interiorização do projeto, que passava a

atuar não só no Recife, mas em todo o estado pernambucano. “Já em fins de 1962, o MCP contava com cerca de 20.000 alunos divididos em pouco mais de 600 turmas, distribuídas entre 200 escolas isoladas e grupos escolares”. (COELHO, 2002, p.444).

Caracterizado como um projeto político do governo, as iniciativas na área da educação permeavam a transformação social e econômica, ponto de partida para a superação do subdesenvolvimento em que o estado se encontrava (MELO, 2005). Após ser eleito, Miguel Arraes é alvo de constantes acusações que tinham como objetivo incitar a população através do medo pelo perigo que o comunismo ateu e destruidor traria às instituições. Este contexto, portanto, é o início da organização do golpe militar, que em 1º de abril de 1964 depôs Miguel Arraes do governo do Estado.

Inicia-se o desmonte de toda a atuação do governo estadual na área de educação e cultura. O MCP é o principal alvo desta operação, através da nomeação de um interventor-presidente, por ato do governo do Regime Militar, Paulo Guerra e seu secretário de educação, Sr. Edson Moury Fernandes. (MELO, 2005, p.34).

Após o golpe, o MCP foi extinto e criou-se a Fundação Guararapes, que possibilitou a continuação das escolas. Só a partir de 1985, período de redemocratização do Brasil, que “foi retomada a eleição para os dirigentes das grandes capitais, período em que Jarbas Vasconcelos foi eleito pelo voto direto para o seu primeiro mandato frente à prefeitura do Recife”. (MELO, 2005, p. 42).

3. Cultura e cidade

O cenário político passa a ser redefinido a partir de 1980, período que emerge um movimento que repensa as estruturas estatais no processo de construção democrática do Brasil. Tal arranjo se expressa através de uma nova relação entre Estado e sociedade, com a requalificação da esfera pública e com a crescente participação da sociedade civil nos processos de decisão relacionados com as políticas públicas. É com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, que se instituem os mecanismos de democracia direta e participativa. Esse projeto é resultado de incessantes lutas contra o regime autoritário (1964-1985), que buscou “isolar a Administração Pública da influência da sociedade, de modo que as decisões eram tomadas sem que houvesse qualquer participação e as políticas públicas eram executadas sem mecanismos de controle social”. (RONCARATTI, 2008, p.5).

As marcas deixadas pelo cenário desestabilizado das políticas culturais, decorrente do regime militar, trouxeram enormes desafios para o país e dirigentes políticos, que se depararam com um setor marcado por descontinuidades e desarticulação. No governo Collor (1990), o esvaziamento dos órgãos federais causou transtornos a muitos estados e municípios que se viram com a responsabilidade de administrar o setor cultural. Tal autonomia fez com que ao longo do tempo, estados e municípios, por intermédio de suas secretarias, fundações e órgãos setoriais, aumentassem suas participações na gestão e no fomento das atividades na área cultural (BARBOSA, 2007).

Hoje, verifica-se que os municípios passaram a ser o pilar mais importante em termos dos montantes agregadores de recursos financeiros, assumindo 52% dos dispêndios públicos culturais.

Essa esfera de governo tem papel essencial na vida cultural, pois se situa em posição de proximidade com a demanda cultural e sofre pressões diretas de produtores e consumidores de bens culturais e lazer para o financiamento público. Além disso, é sobre os municípios que pesa a gestão direta dos diversos equipamentos culturais. (BARBOSA, 2007. p. 235-236).

Contudo, a distribuição dos recursos que são aplicados na área cultural pelos municípios do Brasil, seja por razões históricas, econômicas e/ou sociais, é condicionada por realidades extremamente díspares. Em 2003, a partir de dados do IBGE, verificou-se entre as regiões do país um quadro bastante heterogêneo em que os gastos municipais na alocação de verbas para a cultura representavam 55,1% dos dispêndios na região Nordeste, 61,9% na Sudeste e 67,2% na região Sul. Por sua vez, a participação dos estados é relativamente mais importante nas regiões Norte e Centro-Oeste (BARBOSA, 2007).

A realidade brasileira mostra que as atividades culturais concentram-se especialmente nas regiões mais ricas. A execução de ações compensatórias exigiria que os governos articulassem políticas de desenvolvimento para as cidades e regiões, além de formas diversificadas de financiamento para o setor e estímulos a um maior fluxo e circulação dos bens culturais produzidos de forma concentrada. A importância de pensar a cidade como um espaço cultural dinâmico com constantes trocas de vivências, de fluxos e refluxos completamente articulados setorialmente faz com que as políticas públicas de cultura sejam pensadas de forma transversal articuladas com áreas afins e estratégicas como educação, comunicação, saúde e planejamento urbano, buscando consistência, sistematização e resultados no desenvolvimento socioeconômico desses espaços.

Impulsionado pelos ventos globais – e percebendo que o próximo grande salto da humanidade será cultural –, os estudos da UNESCO têm destacado insistentemente, desde a década de 70, a importância da cultura enquanto finalidade do desenvolvimento. Os cenários tornam-se mais permeáveis, com ênfase na culturalização do local. (FARIA, 2000, p.12).

A idéia da cultura como elemento de integração social emerge da noção ampliada de cidade como espaço simbólico e de diversidades culturais, aliada aos problemas como a degradação da qualidade de vida das pessoas e a desestruturação do tecido social das cidades. Esse cenário se configura como o momento de reconhecer a cultura no processo de formação cidadã, e não de ações isoladas, com pouco enraizamento, que não se constituem num trabalho mais profundo que contribua para a emergência de singularidades, por exemplo.

É importante nos preocuparmos com as multiplicidades da nossa cidade e com a forma pela qual a cultura pode ser elemento fundamental na confirmação positiva das identidades e valores culturais, reinventando a gestão e incluindo o cidadão na vida do município por meio do trabalho, da educação, do lazer, da reflexão e do sonho. Nossas ações precisam possibilitar a transformação da cidade, física e espiritualmente, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Uma ação cultural pluralista que revele os diversos atores da sociedade e sua interação, no sentido de despertar nos habitantes o orgulho pela localidade e a participação nos destinos da cidade. A cultura traz, então, essa capacidade de articular e tencionar a reflexão sobre o redirecionamento das políticas públicas, tão necessárias à superação deste mundo injusto em que vivemos. (MOREIRA, 2000, p. 33).

Verifica-se, portanto, que crescem os indicadores de que há urgência na implementação de uma cultura democrática que culmine na ação e articulação em conjunto com a sociedade.

Nesse sentido, não basta uma boa gestão, um desenvolvimento econômico local razoável ou um planejamento urbano eficaz se nestes processos não estiverem presentes valores democráticos e direitos culturais, como pensar, criar, agir, imaginar e sonhar com liberdade, enfim, o direito de cada um criar e recriar sua própria existência. Diz respeito, ainda, à construção e vivência de mitos, ao encontro de raízes, à eleição de valores e ao compartilhamento de experiências saídas de sociabilidades e espiritualidades. Resumindo, o desenvolvimento cultural só seria possível como o viver integral da cidadania cultural. (FARIA, 2000, p.13).

É nessa perspectiva que surge a exigência de uma maior articulação governamental, agregando iniciativas integradas. Pode-se citar o Sistema Nacional de Cultura (SNC)

que, desde 2005, atrai estados e municípios através da assinatura de protocolos de intenção para implantá-lo e que tem como objetivo:

[...] que cada ente federado tenha órgão gestor específico para a política pública de cultura, sistema de financiamento para execução das políticas, plano de cultura pactuado com a sociedade, conselho de cultura atuante, e participação na Conferência Nacional de Cultura, através da conferência municipal, intermunicipal, ou estadual de cultura, além de um conjunto de leis ou instrumentos normativos que assegurem a permanência e desenvolvimento desse novo modelo de gestão para o setor cultural. (Secretaria de Articulação Institucional, 2005).

Outro projeto é o “Pontos de Cultura”, que busca atingir agentes culturais e imprensa a partir de chamada pública. Estima-se que o edital dos Pontos de Cultura alcançou o número de mais de 2.000 beneficiados pertencentes a grupos culturais de todos os estados do País. A pretensão é que, em 2010, esse número chegue a cinco mil Pontos de Cultura em todo país (SIMIS, 2007).

Percebe-se, portanto, que se faz necessário pensar a política pública de cultura de forma sistêmica e integrada, atentando para a noção de cultura como um agente transversal que perpassa as áreas da comunicação, educação e saúde, por exemplo. É preciso estabelecer um conjunto de políticas culturais em prol de avanços significativos que resultem no desenvolvimento das cidades, espaço de maior proximidade e potencial de diálogo com a população.

O lugar estratégico que a cultura ocupa hoje nas esferas de poder (municipal, estadual e nacional) vem, principalmente, da valorização da cidade como um espaço social, simbólico, lugar de diversidade cultural e de diferenças. A cidade é o cenário onde se afirmam e se reinventam as identidades, ambiente de conflitos e de constantes negociações. Tais embates fazem-se presentes nesses espaços de forma conflituosa em que diversas culturas coexistem.

O acesso ao poder político e o crescimento da causa multiculturalista vêm da colocação de questões de solidariedade e comunidade em uma perspectiva intersticial. As diferenças sociais não são simplesmente dadas à experiência através de uma tradição cultural já autenticada; elas são os signos da emergência da comunidade concebida como projeto – ao mesmo tempo uma visão e uma construção – que leva alguém para “além” de si para poder retornar, com um

espírito de revisão e reconstrução, às *condições* políticas do presente. (BHABHA, 2003, p.21).

Esse conjunto de características respalda as cidades como verdadeiros espaços culturais vivos, que funcionam como os principais agentes de estímulo a formulações de políticas públicas de cultura em prol de reformas e transformações sociais e econômicas.

4. Considerações finais

O desafio de implantar políticas públicas de cultura em âmbito municipal requer das cidades o esforço de vencer o abismo que existe entre a formulação e a execução de políticas públicas. A adoção de modelos democratizantes e ações descentralizadas na esfera municipal demonstram ser uma preocupação dos governos em estabelecer ações transformadoras, que, na maioria das vezes, são verificadas em longo prazo. Este aspecto é importante e se torna um empecilho para os que querem resultados mais imediatos.

Além disso, esses modelos configuram-se como iniciativas de caráter perene que buscam se conectar com o local e o global, promovendo articulações em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, e viabilizando o que se pode chamar de uma “nova cultura política”. Tal cultura verifica-se como o processo de mudança de postura política da sociedade civil, a qual é convocada a fazer parte dessa iniciativa. A defesa dos próprios direitos através da participação e engajamento em espaços de discussões e deliberação política é um pressuposto fundamental para a constituição de uma política pública.

Pensar em iniciativas tão precursoras como as que ocorreram em São Paulo e Recife é importância para refletir na importância de investir no âmbito sociocultural das cidades brasileiras, que foram submetidas nas últimas seis décadas, a grandes transformações urbanas devido a deslocamentos populacionais e, conseqüentemente, a geração de problemas sociais que impactam diretamente na qualidade de vida da sociedade.

O direito à cidade inclui moradia, bairro equipado materialmente e valorizado socialmente, articulação com o conjunto da cidade, dispondo de acesso fácil às suas centralidades, possibilidades de emprego e de formação adequada e igualdade política e jurídica de todos os habitantes. O exercício deste direito pode requerer políticas de discriminação positiva, e valorização cultural, para aqueles bairros ou grupos em situação de marginalização por razões econômicas, sociais ou culturais. (Reunião regional européia da Conferência de Hábitat II, Madrid, 1995 apud VETRALE e colaboradores, 2002, p. 67).

Assim, olhar para o passado é um exercício para se pensar o presente projetando, portanto o futuro, porém essas relações são permeadas por incertezas.

As novas tendências se desenvolvem ao destruir antigas estruturas, culturais e institucionais. (...) Assim sendo, o jogo do vir a ser é de uma prodigiosa complexidade. A história inova, deriva, desorganiza-se. Ela muda de trilho, descarrila-se: a contracorrente suscita por uma corrente se mescla com a corrente, e o descarrilador torna-se a corrente. A evolução é deriva, transgressão, criação; é feita de rupturas, perturbações, crises. (MORIN, 2010, p.16)

Mas o que se pode refletir diante das experiências passadas são as possibilidades apresentadas diante da mudança do quadro político, sendo que a implantação de ações renovadoras só pode ser viabilizada quando se tem propostas, projetos, vontade política, além de estrutura administrativa organizada - com políticas estratégicas definidas e apoiadas numa realidade orçamentária satisfatória e consolidada. Apesar de vivermos um processo democrático lento, no entanto, as mudanças estão surgindo, principalmente em âmbito nacional, e vêm impulsionando iniciativas no setor da cultura dentro das esferas estadual e municipal, além de promover reflexões em movimentos artísticos e sociais.

Percebe-se, portanto que as pressões externas têm impelido, mesmo que de forma morosa, as lideranças municipais a atenderem as demandas das cidades, que crescem e, por conseguinte, apresentam problemas relacionados às questões sociais e culturais. Essa realidade cria demandas que se fazem urgentes, através do reconhecimento da cultura como fator crucial entre as políticas públicas, que devem se configurar como transversais e eficazes em prol do bem estar e desenvolvimento da sociedade.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, F. A. da S. *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 21.
- BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.
- COELHO, Germano. *Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular*. In: ROSAS, Paulo. *Paulo Freire: Educação e Transformação Social*. Pernambuco: UFPE, 2002.
- FACINA, Adriana. *Uma enciclopédia à brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade*.

Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/276.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2009.

FARIA, Hamilton. *Desenvolvimento cultural como desafio*. In: FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, Maria Ercília do (Org.). *Desenvolvimento cultural e planos de governo*. São Paulo: Publicações Polis, 36, 2000, p. 112-2000.

FERNANDES, Antônio Sérgio. *A Democratização da Gestão Urbana em Recife e Salvador: Um Problema Capital*. Recife, 2004. Disponível em: <http://www.politica hoje.com/ojs/include/getdoc.php?id=287&article=85&mode=pdf&OJSSID=94524578aa1f20219addd7012bf3ec52>. Acesso em: 20 mai. 2009.

MARTINELL, Alfons. *Cultura e Cidade: Uma aliança para o desenvolvimento – A experiência da Espanha*. In: *Políticas culturais para o desenvolvimento: Uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003, p.93-104.

MELO, Celiane. *A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Educação da Cidade do Recife 2001- 2004*. Dissertação de Mestrado em Educação. Recife: - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2005. 190 f.

MOREIRA, Altair José. *A cultura como articuladora da sociedade*. In: FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, Maria Ercília do (Org.). *Desenvolvimento cultural e planos de governo*. São Paulo: Publicações Polis, 36, 2000.

RUBIM, Albino. *Políticas Culturais: entre o possível e o impossível*. In: NUSSBAUMER, Gisele. *Teoria e política da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EdUFBA, 2007a, p. 139-158.

_____. *Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007b, p. 11-36.

RONCARATTI, Luanna Sant'anna. *O conceito de política pública e a relação entre política e política pública*. Vestcon, Brasília, 2005.

SANTOS, H. S. N. *Políticas Culturais de Salvador e Recife: análise da Fundação Gregório de Mattos e da Secretaria de Cultura do Recife (2005-2008)*. In: *Seminário Internacional Políticas Culturais: teorias e praxis*, Rio de Janeiro, 2010.

SIMIS, Anita. *A política cultural como política pública*. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007, v. 1, p. 133-155.

SOUZA, Kelma. *O povo no Movimento de Cultura Popular de Recife*. Santos, Ago. 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0945-1.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2009.

VETRALE, Silvia; CARVALHO, Cynthia et al. *Estudio Internacional sobre Políticas Culturales Urbanas*. Montevideo: Montevideo Cultura – Observatorio Cultural Montevideo y